COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.291/2015

Institui causa de excludente de ilicitude no delito de apologia de crime ou criminoso.

Autor: Deputado Bacelar

Relator: Deputada Erika Kokay

VOTO EM SEPARADO (DO SR. LINCOLN PORTELA)

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.291/2015, de autoria do Deputado Bacelar, tem como objeto alterar o art. 287 do Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para criar causa de excludente de ilicitude no delito de apologia de crime ou criminoso.

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída à Comissão de Cultura para análise do mérito (art. 53), e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para apreciação dos aspectos de constitucionalidade e juridicidade (art. 54).

É o relatório.

II – VOTO EM SEPARADO

II.I – Das limitações à liberdade de expressão

O PL nº 3.291/2015 visa criar causa de excludente de ilicitude, no delito de apologia de crime ou criminoso, para os casos de manifestação de natureza artística. O autor do projeto, Deputado Bacelar, justifica sua proposta sob o argumento de que a *Constituição Federal prevê como direito fundamental do ser humano a livre expressão da atividade intelectual, e que, por essa razão, esse direito não deve ser limitado.*

Trata-se iniciativa para resguardar a atividade artística, mas que, na verdade, trará graves prejuízos à liberdade de expressão. É o que demonstraremos a seguir.

A vida em sociedade pressupõe a imposição de regras e limites à atividade humana, como o caso do proprietário de determinado terreno, que deve se submeter às restrições de construção impostas pela administração pública; ou o do açougueiro, que deve se adequar às normas sanitárias.

Em nenhum dos casos citados houve proibição do exercício do direito, mas tão somente imposição de determinados limites em prol bem-estar coletivo.

Sob esse prisma, o direito de liberdade de expressão também se submete a algumas limitações, quais sejam: legalidade e respeito à honra, a integridade física e moral de outras pessoas. Entretanto, aqui não se trata de censura prévia, mas de responsabilização, *a posteriori*, de eventuais prejuízos causados a terceiros.

Pois bem, ao acrescentar o parágrafo único ao art. 287 do Código Penal, isentando quaisquer manifestações artísticas do delito de apologia ao crime, o autor do projeto interfere em todo o sistema de responsabilidade civil e penal previsto nas leis brasileiras. Explico.

Se determinada conduta humana está autorizada pelo ordenamento jurídico a enaltecer crime (como o de homicídio); por via de consequência, seria incongruente esse mesmo ordenamento punir cível ou penalmente a conduta – inicialmente permitida.

Portanto, na prática, as expressões artísticas estariam imunes a qualquer tipo de controle legal. Dessa forma, toda e qualquer manifestação ofensiva ou criminosa passará a ser desferida sob o verniz artístico, com o que não podemos concordar.

II.II – Da infringência à Convenção Americana de Direitos Humanos

O Projeto de Lei nº 3.291, de 2015, parte da falsa premissa de que a liberdade de expressão é direito absoluto e que, portanto, não deve ser limitado pela legislação.

Entretanto, a Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, estabelece no item 2 do art. 13 que o exercício da liberdade de expressão não pode estar sujeito a censura prévia, **mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei.**

Além disso, o item 5 do mesmo dispositivo dispõe que a lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda **apologia** ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao **crime** ou à violência.

Em reiteradas decisões, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu que a liberdade de expressão não é, portanto, direito absoluto, tendo-se em vista a possibilidade de se aplicar responsabilidades pelo exercício abusivo do direito, inclusive para “assegurar o respeito aos direitos e a reputação das demais pessoas” (alínea “a” do art. 13.2) [*Corte IDH. Caso Lagos del Campo vs. Peru. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Sentença de 31-8-2017. Tradução livre.*] [*extraído das jurisprudência do STF*].

Assim, a pretensão do autor - de tornar absoluto o direito à manifestação artística - vai de encontro ao disposto na norma internacional subscrita pelo Brasil, contrariando também a Constituição da República.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.291, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado LINCOLN PORTELA